

**MAIARA RAQUEL BUENO PEREIRA
SUELLEN MONTOYA MACHADO MARTINS**

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

**FACCAMP
Campo Limpo Paulista
2009**

**MAIARA RAQUEL BUENO PEREIRA
SUELLEN MONTOYA MACHADO MARTINS**

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

Monografia apresentada como exigência para aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Pedagogia da FACCAMP sob orientação da Prof. Especialista Nadia Maria Giaretta Ranalli.

**FACCAMP
Campo Limpo Paulista
2009**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nota do Professor Orientador: _____

Nota do Professor Avaliador : _____

Nota Final : _____

Data: ___/___/ 2009

“ A sociedade para todos, consciente da diversidade da raça humana, estaria estruturada para atender às necessidades de cada cidadão, das maiorias às minorias dos privilegiados aos marginalizados.”

Claudia Werneck

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Valter e Hosana por me cobrarem a dedicação e o capricho. Aos meus irmãos Marlon e Mariany, que às vezes perderam horas de sono para me fazer companhia e ao meu namorado Charles, que soube ter paciência, aceitar e respeitar meus momentos de nervoso e stress.

Maiara R.B. Pereira

AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente a Deus por me proporcionar a vida, inteligência, bons amigos, um lar e ter iluminado meu caminho. Também por ter colocado pessoas maravilhosas e importantes na minha vida, para me conduzirem e me dar conselhos quando eu realmente necessito.

A professora Nadia M. G. Ranalli pela força, dedicação e paciência que teve comigo. A todos, o meu agradecimento por não deixarem minha vida monótona, tornando-a cheia de esperança, por fazerem de mim uma pessoa realizada, tendo orgulho em dizer que serei “Professora”.

Maiara R. B.Pereira

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão de curso ao meu marido Sidnei , pela paciência, compreensão, apoio e incentivo no decorrer do curso e também a minha filha Isabelly por ter passado tantas noites sem mim, onde foi por ela que tomei a iniciativa de realizar o curso.

Suellen M. M. Martins

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido o privilégio de estudar e de estar finalizando este curso.

Agradeço também aos meus pais e meus irmãos por ter me apoiado na escolha que fiz de ser uma pedagoga, aos colegas de classe pela tolerância e por nunca ter deixado eu desistir.

A professora Nádia pelo carinho, esforço e orientação.

Suellen M. M. Martins

RESUMO

A presente pesquisa tem por finalidade conhecer e discutir o processo de Inclusão de uma criança com Síndrome de Down na escola regular, haja vista que o procedimento de inclusão, exatamente por ser diferente da prática de integração, desafia os sistemas sociais comuns a realizar mudanças fundamentais em seus procedimentos estruturais.

A inclusão social é, portanto um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenos e grandes, seja nos ambientes físicos, na mentalidade das pessoas e do próprio educando com Necessidades Educativas Especiais.

O estilo de vida independente compreende movimento, filosofia, programas, processos fundamentais para que a inclusão, ocorra com as pessoas com qualquer tipo de deficiência e as mesmas terão maior participação de qualidade na sociedade, tanto na condição de beneficiário dos bens e serviços que ela dispõe, como também na de contribuintes ativos no desenvolvimento social, econômico, cultural e política da nação.

A pesquisa bibliográfica permitiu traçar um quadro visível das questões que norteiam o processo de inserção da pessoa com Síndrome de Down na escola, inclusive nos induzindo a conhecer de forma minuciosa o caminho que eles percorrem, como também todos os membros que fazem parte da incansável luta rumo a sucessos.

Deve-se haver inclusão na educação, no lazer, na sociedade, no coração. Quando isso se realizar, poderemos finalmente falar de vida inclusiva.

Palavras-chaves: Inclusão, Síndrome de Down, Desenvolvimento cognitivo, Linguagem, Acessibilidade

ABSTRACT

This research aims to meet and discuss the process of inclusion of children with Down Syndrome in mainstream school, considering that the procedure to include, just to differentiate the archaic practice of integration, challenges the common social systems and make fundamental changes in their structural procedures.

Social inclusion is therefore a process that contributes to the construction of a new kind of society through transformations, large and small, either in physical environments, in the minds of the people and the student with special educational needs.

The independent lifestyle includes movement, philosophy, programs, processes key to the inclusion occurs with people with any type of disability and they have more quality participation in society, both as recipients of goods and services it provides, but also in the active contributors in the social, economic, cultural and political life. Through literature search allowed us to draw a visible issues that guide the process of insertion of people with Down syndrome in school, including those leading to know in detail the way they travel, and all the members belonging to the tireless struggle toward success.

It should be included in education, entertainment, society, in the heart. When this takes place, we can finally talk about life inclusive.

Keywords: Inclusion, Down syndrome, cognitive development, language, Accessibility.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I	
SÍNDROME DE DOWN.....	13
1.1 CARACTERÍSTICAS DAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN.....	14
1.2 DEFICIÊNCIA MENTAL E SÍNDROME DE DOWN.....	15
1.3 DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN.....	17
1.4 DESENVOLVIMENTO COGNITIVO.....	18
1.5 DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM.....	19
CAPÍTULO II	
INCLUSÃO.....	22
2.1 OS COLEGAS DE CLASSE.....	24
2.2 EDUCAÇÃO E FAMÍLIA.....	25
2.3 INCLUSÃO FAMILIAR.....	26
2.4 PRECONCEITO.....	26
CAPÍTULO III	
ACESSIBILIDADE.....	29
CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de uma análise sobre a inclusão de pessoas com Síndrome de Down. Vivemos um momento histórico caracterizado por mudanças e crises, e também pelo surgimento de oportunidades.

Por muito tempo, a criança, com Síndrome de Down, foi vista como incapaz, uma aberração da natureza. Hoje é sabido, apesar de ainda existir preconceito, que é uma alteração genética e mesmo apresentando certas dificuldades peculiares pessoas com a Síndrome não precisam privar-se da vida normal e atividades cotidianas. É claro que há a necessidade de condições especiais, devido aos seus limites, para haver seu desenvolvimento.

Atualmente é fácil observar que há mais pessoas com deficiência intelectual nas ruas, locais públicos; aparecem com mais frequência no noticiário, ganham as passarelas, e também escrevem livros. Há um processo social em curso, denominado “ Inclusão “ pelos estudiosos: de um lado, a sociedade começa a perceber a existência de indivíduos com deficiência e a se organizar, para acolhê-las e, de outro, as próprias pessoas com deficiência, com ajuda de técnicos e familiares, começam a reivindicar seus espaços a exercer seu papel de cidadãs.

Como todo processo social, este também é complexo e acontece de forma gradual. A inclusão ocorre nas escolas, nas lanchonetes, no trabalho, nas igrejas e em todos os espaços de interação humana. Afinal, para que a inclusão aconteça é preciso modificar séculos de história de preconceitos muito arraigados, de ambos os lados isso não acontece de um dia para o outro.

Nesse estudo parte dos mais recentes desenvolvimentos conceituais em deficiência mental para discutir os rumos e as necessidades atuais da pedagogia, em pesquisa e desenvolvimento. Abordando o processo interativo entre os fatores externos e internos responsáveis pela produção da não integração intelectual, na escola; enfocaremos, igualmente, a capacitação dos professores para enfrentar essa situação no ensino regular de ensino. Diante dos avanços conceituais os princípios que orientavam a educação esses indivíduos passaram a evidenciar os processos interativos que permeiam as relações entre idade cronológica e objetos de aprendizagem, habilidades intelectuais alternativas e valorização dos papéis sociais representados pelas pessoas com deficiência.

CAPÍTULO I

SÍNDROME DE DOWN

A Síndrome de Down, foi descrita primeiramente em 1866 por John Langdon Down, médico inglês que citou suas características, sendo a síndrome batizada com seu nome. Ele descobriu que era uma causa genética e em 1958 foi identificada pela primeira vez pelo geneticista francês Jérôme Lejeune em 1958, desde então as campanhas realizadas em favor da síndrome têm usado o nome Síndrome de Down ou Trissomia 21.

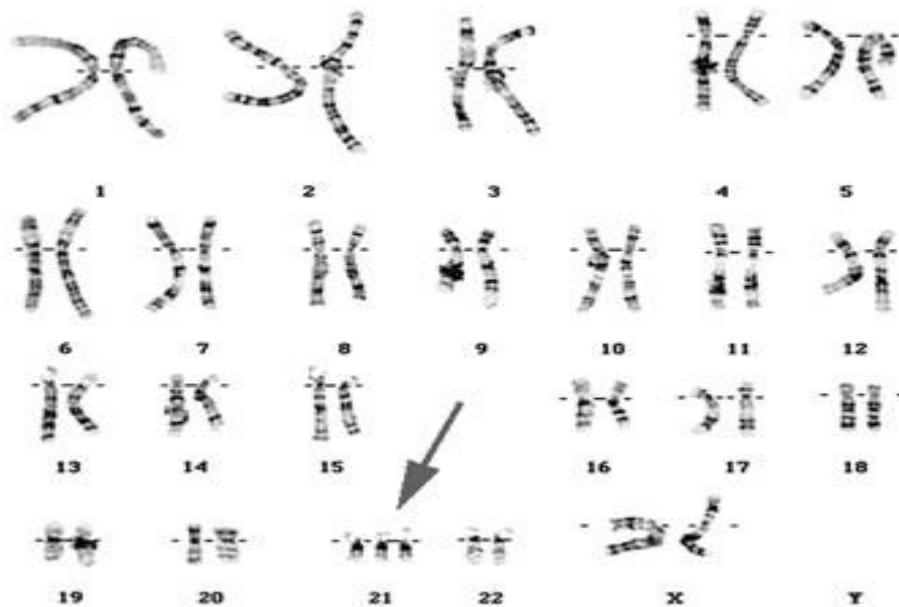
O erro genético, que acusa a síndrome, ocorre devido a não divisão cromossômica, quando os dois componentes do par cromossômico devem se separar originando células filhas. A divisão incorreta gera uma célula com excesso de cromossomos e outra com falta. A célula que fica com dois cromossomos homólogos, que não sofrerão disjunção, se fecundada formará em um zigoto trissômico, por possuir três cromossomos equivalentes ao invés de apenas um par. É muito comum acontecer isso em mulheres de idade avançada, devido o envelhecimento do óvulo. Para explicar esta relação, entre o envelhecimento do óvulo e o fenômeno de disjunção, muitas teorias foram propostas. Segundo alguns autores sugerem que a aneuploidia, já esta presente nos ovócitos por ocasião do nascimento das mulheres e se deve a não-disjunção mitótica, durante a embriogênese ovariana. As translocações, que compreende o processo de mutação genética, se dão pela ligação de um fragmento de um cromossomo a seu cromossomo homólogo. Estas ocorrem em menor frequência, sendo mais comuns entre cromossomos acrocêntricos, por fusão cêntrica, as chamadas translocações robertsonianas. (As translocações Robertsonianas têm a particularidade de envolverem a fusão ou cisão de cromossomos ao nível do centrômero, por exemplo a criação de um cromossomo metacêntrico a partir de dois acrocêntricos. É ocorrência relativamente comum na natureza espécies aparentadas terem cariótipos muito diferentes por via de translocações deste tipo, sendo muito plausível que a separação inicial entre as espécies tenha em tais casos envolvido rearranjos que isolem reprodutivamente dois grupos).

A expectativa de vida das pessoas com síndrome de Down, devido ao avanço da medicina, vem aumentando nos últimos anos. Enquanto em 1947 a expectativa de vida era entre 12 e 15 anos, em 1989 subiu para 50 anos. Atualmente pessoas com síndrome

de Down chegam aos 60, 70 anos, ou seja, uma expectativa de vida muito parecida com a da população em geral.

Cariótipo

De acordo com o Neurologista José Salomão Schwartzman a trissomia 21 poderá ser causada por um fenômeno de não-disjunção meiótico, como mostra a figura abaixo, neste caso a criança terá três cópias de todos os genes presentes no cromossomo 21, esta é a causa apontada em 95% dos casos observados de Síndrome de Down.



1.1 CARACTERÍSTICAS DAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

A síndrome de Down é marcada por muitas alterações associadas, que são observados em muitos casos. As principais alterações orgânicas, que acompanham a síndrome são: hidronefrose e dismorfismo da face e ombros, prega palmar única, baixa estatura, bexiga pequena e hipereconôgica, cardiopatias, atresia duodenal, comprimento reduzido do fêmur e úmero, ventriculomegalia cerebral. Há mais

alterações como braquicefalia, fissuras palpebrais, hipoplasia da região mediana da face, diâmetro fronto-occipital reduzido, pescoço curto, língua protusa e hipotônica e distância aumentada entre o primeiro, o segundo dedo dos pés, crânio achatado, mais largo e comprido; narinas normalmente arrebitadas por falta de desenvolvimentos dos ossos nasais; quinto dedo da mão muito curto, curvado para dentro e formado com apenas uma articulação; mãos curtas; ouvido simplificado; lóbulo auricular aderente e coração anormal.

Quanto às alterações fisiológicas podemos observar nos primeiros dias de vida uma grande sonolência, dificuldade de despertar, dificuldades de realizar sucção e deglutição, porém estas alterações vão se atenuando ao longo do tempo. A criança Down normalmente apresenta grande hipotonia que costuma ir se atenuando à medida que a criança fica mais velha e pode haver algum aumento na ativação muscular através da estimulação tátil. Alterações fisiológicas também se manifestam através do retardo no desaparecimento de alguns reflexos. Este atraso no desaparecimento destes reflexos é patológico e resulta no atraso das aquisições motoras e cognitivas deste período, já que muitas atividades dependem da desta inibição reflexa para se desenvolverem como o reflexo de moro, que é substituído pela marcha voluntária. Conclui-se que as três principais características da Síndrome de Down são: a hipotonia (flacidez muscular – o bebê é mais “molinho”); o comprometimento intelectual (a pessoa aprende mais devagar); o fenótipo (aparência física). Algumas das características físicas principais são: olhos amendoados, uma linha única na palma de uma ou das duas mãos, dedos curtos, entre outros. Mas apesar da aparência por vezes comum entre pessoas com síndrome de Down, é preciso lembrar que o que caracteriza mesmo o indivíduo é sua carga genética familiar, o que faz com que seja parecido com seus pais e irmãos.

1.2 DEFICIÊNCIA MENTAL E SÍNDROME DE DOWN

O conceito de deficiência mental possui uma história que esteve sempre muito próximo aos conceitos sócio-econômicos e de homem vigentes em uma sociedade. Este conceito está ligado a três fatores.

O primeiro diz respeito ao desenvolvimento-aprendizagem. O segundo refere-se aos fatores biológicos e o terceiro tem a ver com o ambiente físico e social. Segundo sentido denotativo da palavra, o termo deficiência significa falta, carência ou

insuficiência. Assim podemos entender por deficiência mental a insuficiência funcional das funções neurológicas. O cérebro da criança Down não atinge seu pleno desenvolvimento e assim todas suas funções estão alteradas. Piaget, afirma, que os indivíduos nascem apenas com potencialidades (capacidade inata) a capacidade de aprender. Todo conhecimento e todo o desenvolvimento da criança depende da sua exposição ao meio e dos estímulos conseqüentes deste. Para Jean Piaget, a base do conhecimento é a transferência e assimilação de "estruturas" pelo indivíduo através de sua capacidade de aprender. Considerando a grande influência do ambiente e a competência da criança para as atividades cognitivas, para estimularmos uma criança, temos que torná-la mais competente para resolver as exigências que a vida quer em seu contexto cultural. A criança Síndrome Down possui certa dificuldade de aprendizagem que na grande maioria dos casos são dificuldades generalizadas, que afetam todas as capacidades: linguagem, autonomia, motricidade e integração social. Estas podem se manifestar em maior ou menor graus.

Com relação ao conceito de deficiência mental, verificamos uma multiplicidade de concepções, as quais acabam por não delimitar com clareza o fenômeno que se pretende estudar. Sobre o conceito de família, observamos uma mudança ocorrida ao longo dos anos, indicando que, com o desenvolvimento e mudanças nas sociedades, os estilos de família mudaram. Devido a importância do ambiente para o desenvolvimento da criança, tanto "normal" quanto "deficiente", no que tange à organização de suas atividades de vida diária e ao processo de estimulação, torna-se fundamental compreender como o ambiente influencia o desenvolvimento das crianças, principalmente daquelas que apresentam algum tipo de deficiência. As crianças deficientes mentais severas, que não têm as aquisições cognitivas preservadas, acabam sendo poupadas e protegidas de situações que, para as crianças não deficientes, poderiam causar extremo sofrimento. É interessante destacar que a vivência da criança deficiente ocorre de forma diferenciada devido às suas limitações, mas isso não significa que os acontecimentos do ambiente não tenham um impacto sobre ela. Há também o ambiente da escola, que constitui mais um espaço de socialização para a criança com deficiência. Em relação a isso, muito se tem discutido a respeito da inclusão da criança deficiente em ambiente coletivo, mostrando a sua importância e necessidade. Para finalizar, é importante ressaltar a necessidade de mais orientação para as famílias de crianças deficientes, as quais devem ser mais informadas sobre o tipo de deficiência e suas conseqüências para o desenvolvimento da criança, bem como dos

recursos necessários para favorecê-lo. Nesse contexto, as políticas públicas têm um papel muito importante, especialmente para as famílias de baixa renda, uma vez que o gasto com profissionais e com atendimento especializado torna-se oneroso. Além disso, os currículos escolares não contemplam o ensino especial como uma disciplina necessária nos cursos de magistério e pedagogia. Mas, merece ser destacado aqui um programa de estimulação precoce, que faz parte dos diversos tipos de atendimentos planejados pelo MEC para beneficiar as crianças de zero a três anos com atraso no desenvolvimento ou com deficiências.

1.3 DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

A seqüência de desenvolvimento da criança com Síndrome de Down geralmente é bastante semelhante à de crianças sem a síndrome e as etapas e os grandes marcos são atingidos, embora em um ritmo mais lento. Esta demora para adquirir determinadas habilidades pode prejudicar as expectativas que a família e a sociedade tenham da pessoa com Síndrome de Down. Durante muito tempo estas pessoas foram privadas de experiências fundamentais para o seu desenvolvimento porque não se acreditava que eram capazes. Todavia, atualmente já é comprovado que crianças e jovens com Síndrome de Down podem alcançar estágios muito mais avançados de raciocínio e de desenvolvimento. Uma das características principais da Síndrome de Down, e que afeta diretamente o desenvolvimento psicomotor, é a hipotonia generalizada, presente desde o nascimento. Esta hipotonia origina-se no sistema nervoso central, e afeta toda a musculatura e a parte ligamentar da criança. Com o passar do tempo, a hipotonia tende a diminuir espontaneamente, mas ela permanecerá presente por toda a vida, em graus diferentes. O tônus é uma característica individual, por isso há uma variação entre as crianças com esta síndrome. A criança que nasceu com Síndrome de Down vai controlar a cabeça, rolar, sentar, arrastar, engatinhar, andar e correr, exceto se houver algum outro comprometimento.

Acontece freqüentemente da criança ter alta da fisioterapia por ocasião dos primeiros passos. Na verdade, quando ela começa a andar, há necessidade ainda de um trabalho específico para o equilíbrio, a postura e a coordenação de movimentos. É essencial que nesta fase, na qual há maior independência motora, a criança tenha espaço para correr e brincar e possa exercitar sua motricidade global. A brincadeira deve estar presente em qualquer proposta de trabalho infantil, pois é a partir dela que a

criança explora e internaliza conceitos, sempre aliados inicialmente à movimentação do corpo. A criança com Síndrome de Down deve participar de brincadeiras na areia e na água, para estimulação de sua sensibilidade. Também na água podem ser realizados exercícios respiratórios de sopro e de submersão. Outras atividades comuns na infância também beneficiam o desenvolvimento psicomotor e global: pular corda, jogar amarelinha, jogos de imitação, brincadeiras de roda, subir em árvores, caminhadas longas, uso de brinquedos de parque como balanço, escorregador e gangorra. Posteriormente, a criança deve ter acesso às práticas esportivas, iniciando-se no esporte através da exploração e manuseio dos materiais e participando depois de jogos em grupo com orientação adequada.

1.4 DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

Embora a Síndrome de Down seja classificada como uma deficiência mental, não se pode nunca predeterminar qual será o limite de desenvolvimento do indivíduo. Historicamente, a pessoa com Síndrome de Down foi rotulada como deficiente mental severa e em decorrência deste rótulo acabou sendo privada de oportunidades de desenvolvimento. A classificação da deficiência mental nos grupos profundos (severos), treináveis e educáveis é bastante questionada hoje em dia. Estes diagnósticos, determinados a partir de testes de QI (Medida do Quociente da Inteligência), nem sempre condizem com a real capacidade intelectual do indivíduo, uma vez que os testes aplicados foram inicialmente propostos para povos de outros países. A educação da pessoa com Síndrome de Down deve atender às suas necessidades especiais sem se desviar dos princípios básicos da educação proposta às demais pessoas. A criança deve frequentar desde cedo a escola, e esta deve valorizar, sobretudo os acertos da criança, trabalhando sobre suas potencialidades para vencer as dificuldades. A educação especial, garantida por lei ao deficiente, deve respeitar a variação intelectual de cada um, oferecendo iguais possibilidades de desenvolvimento, independente do ritmo individual, valorizar a criança ou jovem, incentivando-o em seu processo educacional e também realizar planejamentos e avaliações periódicas, a fim de poder

suprir todas as necessidades do grupo (gerais e individuais), com constante reavaliação do trabalho.

A aprendizagem da pessoa com Síndrome de Down ocorre num ritmo mais lento. A criança demora mais tempo para ler, escrever e fazer contas. No entanto, a maioria das pessoas com esta síndrome tem condições para ser alfabetizada e realizar operações lógico-matemáticas. A educação da pessoa com Síndrome de Down deve ocorrer preferencialmente em uma escola que leve em conta suas necessidades especiais. As crianças com deficiência têm o direito e podem beneficiar-se da oportunidade de freqüentar desde cedo uma creche e uma escola comum, desde que adequadamente preparadas para recebê-las. O professor deverá estar informado para respeitar o ritmo de desenvolvimento do aluno com deficiência, como, de resto, deve respeitar o ritmo de todos os seus alunos. O papel do professor é muito importante pois caberá a ele promover as ações para incluir a criança deficiente no grupo. É preciso orientar a família da pessoa deficiente sobre quais os recursos educacionais de boa qualidade que estão disponíveis em sua comunidade. Para realizar tal orientação, o profissional deve procurar conhecer melhor as opções de escola especial e escola comum de sua cidade e região, para que o encaminhamento seja feito com segurança e traga benefícios ao desenvolvimento global da criança.

Aprendizagem e desenvolvimento não entram em contato pela primeira vez na idade escolar(...), mas estão ligados entre si desde os primeiros dias de vida da criança.

(Vygotsky, 1988, p.110)

1.5 DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM

A linguagem representa um dos aspectos mais importantes a ser desenvolvido por qualquer criança, para que possa se relacionar com as demais pessoas e se integrar no seu meio social. Pessoas com maiores habilidades na linguagem podem comunicar melhor seus sentimentos, desejos e pensamentos. De maneira geral, a criança, o jovem e o adulto com Síndrome de Down possuem dificuldades variadas no desenvolvimento da linguagem. É importante estar atento a este fato desde o primeiro contato com a família

do bebê com Síndrome de Down. Quanto antes for criado um ambiente propício para favorecer a evolução da linguagem melhor será o futuro. A criança com Síndrome de Down apresenta um atraso na aquisição e desenvolvimento da linguagem se comparada a outra criança. Este atraso tem sido atribuído a características físicas ou ambientais que influenciam negativamente o processo de desenvolvimento, tais como os problemas de acuidade e discriminação auditiva, freqüentes doenças respiratórias, hipotonia da musculatura oro-facial, alteração no alinhamento dos dentes, palato ogival com tendência à fenda, língua grande (macroglossia) ou cavidade oral pequena, problemas de maturação dos padrões de mastigação, sucção e deglutição, baixa expectativa em relação à possibilidade de desenvolvimento da criança, dificuldades do adulto em determinar o nível de compreensão da criança para adaptar sua fala de maneira a promover o desenvolvimento, pouca disponibilidade do adulto em ouvir a criança e em se esforçar para compreendê-la, dificuldade de sintetização e problemas na estruturação sintática, atraso geral no desenvolvimento motor, cognitivo e emocional, falta de atividades sociais que façam a criança utilizar a linguagem de forma significativa.

O desenvolvimento da linguagem ocorre através da interação da criança com o meio. Isto também é verdadeiro para crianças com Síndrome de Down. Os pais e professores devem ser orientados pelo fonoaudiólogo que poderá elaborar um programa específico para cada criança. Antes de tudo, é importante sanar ou minimizar aspectos físicos que possam prejudicar a articulação e produção vocal através de exercícios para fortalecimento da musculatura, adaptação de próteses dentárias ou auditivas etc.

Os pais, familiares e profissionais devem proporcionar um ambiente favorável e estimulador, bem como nunca falar pela criança e nem permitir que falem por ela, devem também aguardar sua solicitação, não antecipando suas vontades, prestando sempre atenção quando a mesma iniciar um diálogo, estas são algumas sugestões e aspectos para a aplicação do programa de desenvolvimento da linguagem das crianças com Síndrome de Down.

Cabe ao profissional fornecer apoio aos pais para que possam desenvolver um relacionamento emocional saudável com a criança.

Informar à família sobre o nível de desenvolvimento da linguagem da criança, orientar em que complexidade deve falar para ajudar no desenvolvimento da linguagem e na manutenção do diálogo.

Garantir o desenvolvimento global (motor, cognitivo, social e emocional) da criança mantendo relacionamento com profissionais especializados nas diferentes áreas.

Criar ambiente propício para a socialização, incentivando as iniciativas, as amizades, os relacionamentos com diferentes pessoas.

Observar as características individuais e atender as necessidades específicas ajudando a pessoa com Síndrome de Down a se comunicar e a ver a linguagem como uma forma facilitadora para a realização de seus desejos e expressão de seus sentimentos.

No próximo capítulo será abordado o tema sobre a inclusão nas escolas regulares de ensino, onde familiares e profissionais buscam esta integração visando assim uma melhor qualidade de vida para as crianças com necessidades especiais.

CAPÍTULO II

INCLUSÃO

Toda criança deve ser incluída na sociedade desde que ela nasce. A inclusão não pode ser apenas uma utopia. E para que se torne realidade é preciso acreditar que é possível.

A criança precisa primeiramente ser inserida na sua família, senão fica muito difícil pensar em inclusão escolar e social. Os pais, muitas vezes, têm um preconceito que é anterior ao nascimento do filho. Com este preconceito e muitas vezes culpados por estes sentimentos procuram esconder esta questão. Este problema fica claro quando se tenta incluir seu filho na vida escolar e social, portanto, há a necessidade de um trabalho cuidadoso junto aos familiares que não se trata de orientação, nem prescrição, pois assim não é dado espaço para acolher o lado preconceituoso dos próprios pais e dar-lhes a possibilidade de transformação.

Quando este trabalho é feito de maneira natural à criança está pronta para ser inserida numa esfera maior. Mais tarde, através da escola haverá uma inclusão mais contundente que colocará a prova o preconceito de cada educador com que a criança se deparar e também o dos outros pais de crianças que freqüentem a mesma escola, no caso de escolas regulares.

Como se sabe, o referencial de pessoas que vivem segregadas acarreta o desenvolvimento de sentimentos preconceituosos, aumentando a visão de mundo estereotipado. Neste contexto, a escola especial priva esses indivíduos de expandir suas relações sociais e impede que seus esforços intelectuais cresçam. O indivíduo com síndrome de down, e todo aquele com necessidades especiais precisa antes de tudo, pertencer à sociedade, ser parte integrante e respeitado em suas limitações e alcances.

Por outro lado, no ensino regular, a criança deve adequar-se à estrutura da escola para ser integrada com sucesso. O correto seria mudar o sistema, mas não a criança. No ensino inclusivo, a estrutura escolar é que se deve ajustar às necessidades de todos os alunos. Há de se entender que fatores internos à estrutura escolar, tais como a organização, o currículo, os métodos e os recursos humanos e materiais da escola são determinantes para a inclusão desses alunos com deficiência.

A figura do professor neste contexto é ainda mais relevante, uma vez que este é a peça principal para o desenvolvimento das ações mais diretas no processo de inclusão, quais sejam, lidar com as diferenças e preconceitos por parte de pais e alunos; com as expectativas e possíveis frustrações dos familiares que possuem parentes com a síndrome; com as limitações e alcances dos próprios deficientes, dentre outras. Assim é clara a necessidade de uma formação mais heterogênea para o professor, que inclua conhecimentos teóricos específicos com fundamentos médicos, psicológicos, pedagógicos e sociológicos.

Segundo Rita Thompson (artigo da Federação das Associações de Síndrome de Down), psicomotricista, psicopedagoga e mestre em educação. “O papel do professor na transformação de uma escola comum em uma escola inclusiva depende de alguns fatores, como a oferta de meios para que o professor possa aprender novas técnicas educacionais, o estabelecimento de relação pessoal entre os alunos, uma concepção de disciplina bem formada, tornar a escola um ambiente acolhedor, princípios de igualdade, justiça e imparcialidade para todos”.

Onde o profissional que trabalha no processo de inclusão direciona suas ações em sala de aula por meio de uma vontade enorme de acertar, busca soluções por meios abstratos e que transcendem alguns limites, alguém que sonha com transformações. Há uma carência expressiva no tocante a expansão de seus conhecimentos teóricos, mas mesmo assim consegue lidar com questões como identificação de limites e alcances cognitivos, motores e afetivos, mesmo sem conhecimentos da ciência médica, psicológica, sociológica e pedagógica.

Os conhecimentos teóricos trazem contribuições importantes e permitem ao professor fundamentar suas ações. A ausência destes conhecimentos limita as mudanças, restringindo também os papéis que a criança com síndrome pode representar tanto na escola como na sociedade.

O professor precisa estar consciente de sua importância e da função que desempenha perante este momento tão importante. Como se vê, é na relação concreta entre o educando e o professor que se localizam os elementos que possibilitam decisões educacionais mais acertadas, e não somente no aluno ou na escola. O sentido especial da educação consiste no amor e no respeito ao outro, que são as atitudes mediadoras da competência ou da sua busca para melhor favorecer o crescimento e desenvolvimento do outro. Ter acesso aos outros profissionais, como fonoaudiólogos e fisioterapeutas

envolvidos no desenvolvimento deste indivíduo, podem também trazer contribuições significativas para as ações do professor em sala de aula.

O desenvolvimento do processo torna-se mais evidente e significativo à medida que o profissional toma posse dos conhecimentos, sente-se mais seguro e confiante para compreender os limites individuais dos alunos e consegue explorar os potenciais que estes certamente possuem.

2.1 OS COLEGAS DE CLASSE

O próximo passo, não menos importante, é preparar a turma para receber o aluno. Antes de o aluno chegar, a turma deve ser esclarecida a respeito de sua deficiência e como todos podem se ajudar mutuamente. É de extrema importância criar um clima de expectativas positivas com relação às possibilidades de aprendizagem do aluno e agrupar os alunos desde o primeiro dia de aula. Ainda que as necessidades específicas de cada aluno possam redundar em adaptações necessárias das atividades realizadas em sala de aula, o mais importante é torná-los cientes da diversidade, mas, também, das possibilidades de crescimento individual e coletivo em razão dessas diferenças. O objetivo primordial para qualquer criança de cinco anos ao entrar na escola é a inclusão social. Como com qualquer criança, é muito mais difícil progredir nas áreas cognitivas até que ela seja capaz de se comportar e interagir com os outros de maneira socialmente aceitável e entender e responder apropriadamente ao ambiente que a cerca. Todo criança com a Síndrome de Down se beneficia em se misturar com colegas com desenvolvimento típico. Muitas vezes eles ficam felizes em agir como os colegas e geralmente os usam como modelos para o comportamento social apropriado e motivação para aprender. Este tipo de experiência social, quando existe a expectativa de que as outras crianças se comportem e consigam fazer coisas de acordo com sua faixa etária, é extremamente importante para as crianças com Síndrome de Down, que geralmente tem um mundo mais confuso e menos maduro social e emocionalmente. Mesmo assim, muitas delas precisam de ajuda adicional e apoio para aprender as regras para o comportamento social apropriado. Elas não aprendem facilmente de forma incidental e não pegam as convenções intuitivamente como seus colegas. Elas vão levar mais tempo do que seus colegas para aprender as regras. O foco principal da ajuda

adicional nos primeiros anos deve ser aprender as regras do comportamento social adequado.

2.2 EDUCAÇÃO E FAMÍLIA

Embora muitos pais vão à escola regularmente, um livro de comunicação casa-escola é o ideal como forma de informar as novidades do dia. Isso tem um valor inestimável, principalmente enquanto a criança ainda não possui uma habilidade de fala e linguagem muito desenvolvida para contar as novidades claramente. Tome cuidado para não transformar o livro só em um portador de más notícias. A família deve ser orientada e motivada a colaborar e participar do programa educacional, promovendo desta forma uma interação maior com a criança. Também é fundamental que a família incentive a prática de tudo que a criança assimila. É fundamental o aconselhamento a família, que deve considerar, sobretudo a natureza da informação e a maneira como a pessoa é informada, com o propósito de orientá-la quanto à natureza intelectual, emocional e comportamental. A informação puramente intelectual, é notoriamente insuficiente, pois o sentimento das pessoas tem mais peso que os seus intelectos. Portanto, auxiliar os familiares requer prestar informações adequadas que permitam aliviar a ansiedade e diminuir as dúvidas. Assim os conselhos devem se preocupar com os temores e ansiedades, sentimentos de culpa e vergonha, dos familiares e deficientes. Devem reduzir a vulnerabilidade emocional e as tensões sofridas, aumentando capacidade.

O objetivo principal é ajudar pessoas a lidar mais adequadamente com os problemas decorrentes das deficiências e no aconselhamento alguns pontos são importantes: ouvir as dúvidas e questionamentos, utilizar termos mais fáceis e que facilitem a compreensão, promover maior aceitação do problema, aconselhar a família inteira, trabalhar os sentimentos e atitudes, e facilitar a interação social daqueles com necessidades especiais.

A proteção excessiva dos pais em relação à criança pode influenciar de forma negativa no processo do seu desenvolvimento e normalmente estes se concentram suas atenções nas deficiências da criança de modo que os fracassos recebem mais atenção que os sucessos ficando assim limitada nas possibilidades que promovem a independência e a interação social.

2.3 INCLUSÃO FAMILIAR

A inclusão começa em casa, seja em relação aos pais que têm filhos com a Síndrome de Down, seja com pais que têm filhos sem nenhum tipo de síndrome e que permitem que seus filhos conheçam, se aproximem e convivam com as diferenças. Todos nós estamos incluídos nesta história e enquanto as pessoas não se derem conta disso, apenas os que sofrem o preconceito na própria carne serão capazes de pensar em alternativas para a transformação social. No caso da criança com Síndrome de Down, como já vimos, existe uma grande necessidade que ela seja genuinamente inserida na sua família para que possamos pensar em qualquer tipo de inclusão, pois uma inclusão que não é baseada em crenças verdadeiras dos próprios pais não funciona, não vinga e não transforma aqueles que a cercam. Dizemos isto porque a luta pela inclusão na nossa sociedade consiste em um batalha muito dura. Há uma guerra travada com aqueles que não aceitam nem as próprias diferenças e vivem em busca de modelos ideais. Portanto, a família que não trabalha muito bem todas estas questões dentro de si, provavelmente terá pouca energia para ir mais longe nesta luta e, então, fica muito difícil pensar em inclusão escolar e social.

Os pais, muitas vezes, têm um preconceito que é anterior (como a própria palavra já diz) ao nascimento do filho e com frequência não se dão conta disto até que alguém os aponte. Com este preconceito internalizado e muitas vezes culpados por estes sentimentos camuflam esta questão. Tal problemática fica evidenciada quando tentam incluir seu filho na vida escolar e social. Nestes casos, vemos a necessidade de um trabalho cuidadoso e minucioso junto aos familiares que não se trata de orientação, nem prescrição, pois assim não damos espaço para acolher o lado preconceituoso dos próprios pais e dar-lhes a possibilidade de transformação, trata-se mesmo de um trabalho psicoterápico realizado por profissional especializado no assunto.

2.4 PRECONCEITO

Preconceito é uma ideia preconcebida, onde se manifesta geralmente na forma de uma atitude discriminatória diante de pessoas, lugares ou tradições considerados diferentes ou estranhos, onde parte de uma opinião formada antes de se ter os

conhecimentos adequados, sem levar em consideração suficientes argumentos contrários e favoráveis, o que geralmente está relacionado com a ignorância.

Muito comenta-se a respeito da inclusão escolar e social da criança com a Síndrome de Down, contudo se esquece de que quem apresenta e inclui a criança desde o nascimento na sociedade é a própria família. Alguns pais de bebês, vítimas de um (pré) conceito internalizado, muitas vezes, enraizado e tácito, retraem-se do contato social aparentemente por temor ao preconceito alheio. No entanto, não se dão conta de que através dos olhos de outros possam ver o reflexo de seus próprios afetos temidos e guardados, que freqüentemente despertam-lhes sentimentos de vergonha e culpa.

Cada um de nós constrói ao longo da vida suas crenças, valores, conceitos e mesmo preconceitos. Este processo é uma construção em via de mão dupla com o meio em que vivemos. Escrevemos a nossa história dentro de uma época, de uma família e de uma sociedade. Sem este contexto, não poderíamos atribuir valor a nada nas nossas vidas. São os nossos paradigmas. Entretanto, pensando em práticas sociais, podemos dizer que o mundo de alguma maneira nos forma, mas também podemos dizer que formamos o mundo, pois são as nossas idéias, produto da nossa história com o nosso meio, que “realimentam” os paradigmas da nossa cultura. Sendo assim, o preconceito social não existe como uma “entidade própria”, ele é constantemente reproduzido pela maioria de nós no cotidiano.

Muitos pais de crianças com Síndrome de Down, passaram grande parte da vida sem terem contato com nenhuma criança, adolescente ou adulto nestas condições. Formaram (pré) conceitos sobre a síndrome, assim como todos nós formamos (pré) conceitos sobre uma infinidade de temas que genuinamente desconhecemos. No momento que alguém se torna pai, mãe ou mesmo irmão de um bebê com Síndrome de Down seus preconceitos não desaparecem de imediato e isto pode causar muita dor e como já citamos há uma mistura de culpa e vergonha dos próprios sentimentos e da condição filho ou irmão.

Como a palavra preconceito na sua etimologia assinala, trata-se de uma idéia construída *a priori*, de forma precoce e que não inclui uma vivência ou conhecimento acerca do objeto alvo de julgamento. Vemos que muitas pessoas são capazes de transformar os seus preconceitos acerca dos portadores de diversos tipos de deficiência ao longo de um intenso aprendizado de vida com os próprios filhos, mas, às vezes, por uma série de fatores, outros pais não têm esta possibilidade e mantêm o preconceito “engavetado”, mascarado sob uma série de atitudes que acabam por reforçar a exclusão

social do próprio filho. São pessoas sofridas e que não conseguiram transformar as suas crenças. Precisam de ajuda, mas, muitas vezes nem sabem.

A presença da criança com Síndrome de Down na escola regular, na mídia e na sociedade de forma mais ampla denota uma mudança produzida pela nossa sub cultura, já que acreditamos que tais elaborações são recíprocas. Não se trata de um movimento independente do nosso contexto, senão não seria significativo. Assistimos hoje um momento que pode se tornar histórico, um ponto de bifurcação que pode gerar uma mudança do conceito que se tinha sobre a Síndrome de Down dentro do imaginário social. Isto não muda a sociedade em si, isto muda as idéias das pessoas que constroem socialmente valores, normas, padrões, conceitos e preconceitos.

A seguir abordaremos as leis que amparam e dão o direito as pessoas com Síndrome de Down a freqüentar as escolas de ensino regular, como integrantes da sociedade que são, permitindo também a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos.

CAPÍTULO III

ACESSIBILIDADE

Quando tiveres aceito uma causa que te pareceu boa, atira-te ao trabalho com fervor, com a certeza de que aquele que tem fé na justiça consegue sempre, mesmo em oposição com os astrólogos, fazer mudar o curso das estrelas.

(Piero Calamandrei)

Acessibilidade não é apenas permitir que pessoas com deficiência participem de atividades que incluem o uso de serviços e informações, mas a inclusão é a extensão do uso destes por todas as parcelas presentes em uma determinada população.

Hoje sabemos que o mundo caminha para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva. Sinais desse processo de construção são visíveis com frequência crescente, por exemplo, nas escolas, na mídia, nas nossas vizinhanças, nos recursos da comunidade e nos programas e serviços.

Muitos países como: Estados Unidos, França, Alemanha, já adotaram a abordagem inclusiva em suas escolas, e o Brasil já começou a buscar o seu caminho, mesmo com pouca ajuda técnica ou financeira, porém com grande determinação por parte de muitos diretores, professores e pais, assim como do Governo Federal (por meio da secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação), de Secretarias Estaduais e municipais de Educação, além de muitas escolas particulares em inúmeras regiões do País.

Os resultados ainda são pequenos, porém crescentes, e cada vez mais pessoas, deseja conhecer e aplicar a filosofia e a metodologia da inclusão escolar, partindo do pressuposto de que todos os jovens e as crianças, com ou sem deficiência, têm o direito de estudar juntos para o crescerem como cidadãos felizes e capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

È bastante visível o crescente movimento de inclusão, alimentado pela adesão de setores da sociedade (escolas, associações, empresas, órgãos governamentais, instituições especializadas, mídia, etc.) aos princípios da inclusão social.

Isso só nos leva a lutar pelos direitos da pessoa com deficiência, pois todos os alunos, inclusive os alunos com Síndrome de Down tem todo o direito de frequentar as

Escolas Públicas de Ensino Regular e acompanhar o processo de aprendizagem no convívio escolar. O fato de uma criança com Síndrome de Down ter o desenvolvimento mais lento, não impede que ele aprenda, pois possui sua capacidade individual que deve ser estimulada.

O modelo segregado de Educação especial passou a ser severamente questionado, desencadeando a busca por alternativas pedagógicas para a inserção de todos os alunos, preferencialmente no sistema regular de ensino, conforme (artigo 208 da Constituição Federal de 1988) onde recomenda que Educação é um direito de todos; igualdade de condições de acesso a permanência e atendimento educacional especializado, já o Estatuto da Criança e do Adolescente/90, obriga os pais a matricular seus filhos na rede regular de ensino e a LDBEN/96 que diz o seguinte: Currículos, métodos, técnicas, recursos e professores para o atendimento especializado, alternativa preferencial de atendimento na rede pública de ensino, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Resolução N.02/2001 – CNE.

“Os sistemas de ensino devem matricular a todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.”

Em 1971, a Lei Federal 5.692, no artigo 9º, permitiu que cada Conselho Estadual de Educação estabelecesse as suas próprias diretrizes para o atendimento aos excepcionais. Para determinar as Diretrizes Básicas da Educação Especial em nível Nacional foi criado, em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que ganhou força durante esses anos e, em 1987, foi transformado em Secretaria de Educação Especial (SESP), com sede em Brasília. Com todo respaldo que esta lei dá para garantir o ensino da Educação Especial, existem crianças e jovens que ficam impedidos de freqüentar escolas apropriadas, sendo até então descaso social. Tal preocupação ganhou relevância já na segunda metade da década de 1980, quando foi promulgada a vigente Constituição Brasileira.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu bojo, seguindo a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes da ONU e a Convenção 63 da OIT, estabelece que:

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.”

As pessoas com deficiência, como integrantes que são da sociedade, possuem direitos e deveres comuns a todos, sendo inclusive, contribuintes de impostos. Têm, por outro lado, o direito de ver respeitadas as suas diferenças, com vistas ao tratamento isonômico na sua verdadeira acepção. Amparam-nas, por isso, direitos a todos destinados e direitos ajustados à sua condição.

Nota-se o preconceito não só pela nítida preocupação do legislador em prever normas para afastá-lo, mas também pelo fato de, estando, embora, o direito expresso na lei, muitas vezes não ser esta cumprida. Ainda é preciso fazer muito para que estas pessoas sejam recebidas normalmente, como merecem no seio da comunidade em que vivem o que decorre principalmente da conscientização de que todos nós, de um modo

ou de outro, temos nossas deficiências, que são facilmente vencidas a partir do momento em que são expostas e enfrentadas com o apoio da sociedade em geral, que deve aprender a lidar com os que possuem Síndrome de Down para o convívio com os que ouvem e falam, sem que estes estejam para tanto preparados e se disponham a conviver com ele.

A Resolução ONU 2475/1975, que institui a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovada pela Assembléia Geral da ONU em 09.12.1975, em seu preâmbulo, estatui que “Reafirmando, sua fé nos direitos humanos, nas liberdades fundamentais e nos princípios de paz, de dignidade e valor da pessoa humana e de justiça social proclamada na carta, Recordando os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos Acordos Internacionais dos Direitos Humanos, da Declaração dos Direitos da Criança e da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas, bem como os padrões já estabelecidos para o progresso social nas constituições, convenções, recomendações e resoluções da Organização Internacional do Trabalho, da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas, do Fundo da Criança das Nações Unidas e outras organizações afins. Lembrando também a Resolução 1921 (LVIII) de 6 de maio de 1975, do Conselho Econômico e Social, sobre prevenção da deficiência e reabilitação de pessoas deficientes, enfatizando que a Declaração sobre o Desenvolvimento e Progresso Social proclamou a necessidade de proteger os direitos e assegurar o bem-estar e reabilitação daqueles que estão em desvantagem física ou mental, tendo em vista a necessidade de prevenir deficiências físicas e mentais e de prestar assistência às pessoas deficientes para que elas possam desenvolver suas habilidades nos mais variados campos de atividades e para promover portanto quanto possível, sua integração na vida normal, consciente de que determinados países, em seus atual estágio de desenvolvimento, podem, desenvolver apenas limitados esforços para este fim.”

O Brasil, na década passada e nesta, ratificou as DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – 7 A 10 de junho de 1994, que trata de princípios, política e prática em educação especial e; a de DECLARAÇÃO DE MADRI – 23 de março de 2002, que trata da inclusão de pessoas portadoras de deficiência na sociedade, dando ênfase aos temas: direitos humanos dos deficientes; igualdade de oportunidades; barreiras sociais que conduzem à discriminação e à exclusão; como pessoas com deficiência constituem um grupo diverso e emprego como fator-chave para a inclusão.

O Nosso país, através do Decreto 3.956, de 8 de outubro de 2001, promulgou a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Ratifica a Convenção da OEA, passando esta a valer com Emenda Constitucional, alterado pela Emenda Constitucional nº. 45, de 2005.

Ainda no mesmo colorário , foi editada a Lei nº 10.845 de 5 de março de 2004, que institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências.:

O Governo do Estado de São Paulo, pela Lei nº. 12.059, de 26 de setembro de 2005, publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 26 de setembro de 2005 e o DOESP em 27.9.2005, Seção I, p. 1, originária do Projeto de Lei nº 417/2005, do Deputado estadual Roberto Moraes, instituiu a "Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Down para profissionais das Áreas da Educação e Saúde". Vejamos:

Artigo 1º - Ficam instituídos, como um conjunto de ações do Poder Público e da sociedade, voltados para a compreensão, apoio, educação, saúde, qualidade de vida, trabalho e combate ao preconceito com relação às pessoas com Síndrome de Down, seus familiares, educadores e agentes de saúde, os seguintes eventos:

I - "Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Down", a ser realizada anualmente;

II - "Programa Estadual de Orientação sobre a Síndrome de Down para Profissionais das Áreas de Saúde e Educação".

Parágrafo único - O programa de que trata o inciso II do "caput" é constituído dos seguintes componentes:

1. orientação técnica ao pessoal das áreas da saúde e educação;
2. informações gerais à comunidade a respeito das principais questões envolvidas na convivência e trato das pessoas com síndrome de Down;

3. interação entre profissionais da saúde, educação, familiares e portadores da síndrome, tendente à melhoria da qualidade de vida destes últimos e ao aprimoramento dos profissionais e familiares quanto à aplicação de conceitos técnicos na convivência com aqueles;

4. ações de esclarecimento e coibição de preconceitos relacionados à síndrome e a portadores desta.

Artigo 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Portanto, as crianças com Síndrome da Trissomia 21 (Síndrome de Down) especialmente no Brasil, vem tendo maior proteção e atenção como um todos, tendo em Vista que a partir da aprovação em 5.10.1988 de nossa Constituição Republicana Federativa e das leis infraconstitucionais que adviram sob a égide desta, os portadores desta anomalia, ganharam maior respeito, sendo até vistos sob um novo enfoque, pois hoje sabe-se que é absolutamente fundamental criar condições espaciais para que qualquer criança possa acessar todos os espaços de sua escola e participar de todas as atividades escolares com segurança, conforto e maior independência possível, de acordo, com suas habilidades e limitações.

No que tange a alguns outros direitos, as crianças com Down mediante a preocupação do Estado brasileiro em efetuar uma política não segregacional e de inclusão dessa parte da cidadania que se encontra a margem da sociedade, mesmo destinando poucas verbas para implantação de programas neste sentido baseados no Plano Nacional de Educação, focado na parte de Educação Especial, pelos Ministérios da Educação, da Cultura e, atualmente pelo dos Esportes, veio a melhor gradualmente o que na década de 1980, ainda era um ensaio e que hoje passou a ser uma realidade física e concreta com a preocupação dessa massa da população brasileira.

CONCLUSÃO

Os dados obtidos me levaram a conclusão de que a família é primordial para a aquisição de linguagem oral, principalmente nos primeiros anos da vida. A estimulação do portador de deficiência especiais na fase inicial da vida é extremamente importante para o desenvolvimento normal da criança, e minimiza as ocorrências prejudiciais de linguagem na infância, que trarão sérias conseqüências futuras.

A educação especial é determinante no processo de estimulação inicial e cabe ao professor de turmas especiais trabalhar suas crianças desenvolvendo nestas, capacidades de praticarem atividades diárias, participar das atividades familiares, desenvolver seu direito de cidadania e até mesmo desenvolver uma atividade profissional. Para isso profissionais especializados e cuidados especiais devem ser tomados, a fim de facilitar e possibilitar um maior rendimento e desenvolvimento educacional dos que possuem tal síndrome. O tema “inclusão escolar” tem suscitado inúmeros debates evidenciando posições polêmicas e controversas entre os educadores e os especialistas, principalmente em relação as crianças necessidades especiais como as com Síndrome de Down, a formas de viabilizar a inclusão escolar das crianças, mas também apontando os desafios e dificuldades que esta proposta evidencia. Fica clara importância da mudança de paradigmas sociais e da forma de ver a deficiência o que exige modificações profundas no sistema educacional para que se possa proporcionar uma educação de qualidade a todas as crianças; tenham elas, ou não, necessidades especiais. É necessário romper com determinismo genético e considerar que as dificuldades do aluno com Síndrome de Down não resultam apenas de fatores biológicos mas têm um caráter interativo: dependem das características próprias da criança, de seu ambiente familiar e da proposta educativa a ela oferecida. Ao mesmo tempo em que é proclamada a inclusão escolar, os pais ainda encontram muitas dificuldades para que seus filhos sejam aceitos e trabalhados de forma adequada nas classes comuns. O presente trabalho tem como objetivo analisar formas de viabilizar um atendimento de qualidade a essas crianças no ensino regular.

O momento da inclusão escolar é muito complicado para a família da criança com Síndrome de Down, mesmo que ela tenha trabalhado bem suas questões relativas ao preconceito. Isto porque os pais temem a exposição do próprio filho a um ambiente que muitas vezes é hostil ou despreparado para lidar com as diferenças. Ficam com medo da discriminação e querem proteger o filho de qualquer tipo de sofrimento.

Contudo, as crianças vão para a escola não só para aprender português ou matemática, mas também para se socializar. Vão aprender na prática as regras do nosso convívio e por isso é tão importante que a criança com Síndrome de Down possa participar disso também. Em primeiro lugar, ela ensina aos colegas que a vida é feita de diferenças e que é possível lidar com as mesmas sem ter que buscar modelos ideais. Em segundo lugar, a criança com Síndrome de Down começa desde bem cedo a aprender a ter que lidar com a sociedade como ela é. Não se criam mundos paralelos para a criança que, nestes casos, apenas na adolescência começará a se deparar com um mundo diferente do que construíram para ela. Isto causa sofrimento e cria mais dificuldades no processo de inclusão deste indivíduo. Finalmente, acreditamos que um trabalho bem feito de inclusão começa dentro de casa e isto modifica a sociedade e facilita a vida destas crianças em um futuro próximo. Afinal, estamos todos dentro deste “barco” chamado sociedade.

Enfim, a grande importância da estimulação se dá pela grande necessidade da criança de vivenciar experiências permitiram seu desenvolvimento, respeitando suas deficiências explorando suas habilidades. Esse estudo permite aos familiares (mãe, pai, guardiões, etc.) aumentar suas possibilidades de observação e intervenção objetivando aprimorar a aprendizagem de seus filhos, que são crianças especiais, que tem dificuldades como qualquer outra pessoa e são também crianças capazes de vencer suas dificuldades e se desenvolverem. A inclusão escolar não é de interesse apenas para os alunos com deficiência mental, uma vez que ao inserirmos esses educandos na escola regular estamos exigindo da instituição novos posicionamentos e procedimentos de ensino, modos de avaliação promoção dos alunos para séries e níveis de ensino mais avançados. A inclusão é igualmente um fator de aprimoramento da capacitação profissional dos professores em serviço e que questiona a formação dos educadores, constituindo um motivo para que a escola se modernize, atendendo às exigências de uma sociedade que não admite preconceitos, discriminação, barreiras sociais, culturais ou pessoais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMABIS, Jose Mariano; MARTHO, Amabis G. R. Fundamentos da biologia moderna. São Paulo: Moderna, 1990.

AQUINO, Júlio (org.) Diferenças e preconceitos na escola: Alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

BORÉM, Aluízio; VIEIRA, Maria Lúcia Carneiro Vieira, Glossário de Biotecnologia Viçosa :Editora Folha de Viçosa,2005.

CRUICKSHANK; JOHNSON. A educação da criança e do jovem excepcional. Porto Alegre: Globo, 1975.

EDLER CARVALHO, Rosita. A nova LDB e a educação especial. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

FIGUEIRA, Emílio. Vamos conversar sobre crianças deficientes? São Paulo, Memnon, 1993.

GLAT, R.; KADLEC V. A criança e suas deficiências: métodos e técnicas de ação psicopedagógica. Rio de Janeiro: Agir, 1995.

JANNUZZI, G. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. São Paulo: Cortez, 1985.

LAKATOS, Eva Maria; MARCINI, Marina Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 1983.

MACHADO, Ângelo B. M. Neuroanatomia funcional. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Ser ou estar, eis a questão. Compreendendo o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA Editores, 1997.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo, Cortez, 1988.

MUSTACCHI, Z.; ROZONT, G. Síndrome de Down: aspectos clínicos e odontológicos. São Paulo: CID, 1990.

PERREIRA, Olívia; MACHADO, Therezinha. Educação especial: atuais desafios. São Paulo: Interamericana, 1980.

REY, Luiz. Como redigir trabalhos científicos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.

RIBAS, João Baptista Cintra. O que são pessoas deficientes. São Paulo, Brasiliense, 1985.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

SCHWARTZAN, J. S. Síndrome de Down. São Paulo: Mackenzie, 1999.

SEVERINO, Antonio J. Metodologia do trabalho científico. 18. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

VAYER, Pierre; RONCIN, Charles. Integração da criança deficiente na classe. São Paulo: Manole, 1989.

Revista

Revista Brasileira de Educação Especial

Sites

www.mec.gov.br

www.mec.gov.br/seed/tvescola/cadernos/default.htm

www.entreamigos.com.br

www.apae.org.br

www.aacd.org.br